

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.327 - SP
(2017/0278102-6)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : ZEDEQUIAS PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : FÁBIO CARBELOTI DALA DÉA - SP200437

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 241-A DO ECA. CONTINUIDADE DELITIVA. NÚMERO DE CRIMES SOPESADO NA PRIMEIRA E NA TERCEIRA FASES DA DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não é possível utilizar idêntica fundamentação (número de crimes) a fim de exasperar a pena-base e, ainda, aplicar a fração mais severa do art. 71 do CP.

2. A continuidade delitiva é instituto benéfico ao réu, pois, não obstante a prática de várias ações, por razões de política criminal, considera-se a existência de um só crime. Entretanto, como o aumento previsto no art. 71 do CP é variável e pode, se aplicado no máximo legal, ser desfavorável ao sentenciado, é incabível repetir a mesma justificativa para o maior rigor na individualização da pena, na primeira e na terceira fases da dosimetria.

3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

